

ATA DA 44ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
COEMA, REALIZADA EM 29 DE
AGOSTO DE 2011.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

Aos 29 dias do mês de AGOSTO de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se, a 44ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – **COEMA**, *Segunda Reunião do ano em curso*, sob a presidência da Dra. **Teresa Luisa Mártires Coelho Cativo Rosa**, Secretária Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados. Dando início à 44ª Reunião Extraordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras da Presidente: **I- Abertura:** Bom Dia, hoje a nossa reunião ela tem assuntos que eu considero que são assuntos bastante complexos, alguns assuntos inclusive polêmicos, mas que são fundamentais trazer ao Conselho para que a gente possa apreciar e nesse contexto poder dar uma diretriz para que a nossa secretaria de meio ambiente possa continuar o seu trabalho sem ficar na dependência, nas amarras do governo federal, principalmente em função das pendências que temos com o INCRA, pendências essas que têm prejudicado bastante o andamento dos processos aqui dentro, então isso tem ocasionado um passivo de processos muito grande, que ao final vem como se fosse uma responsabilidade única do nosso ombro, o que na realidade não o é. Nós temos dificuldades sim, em avançar, seja por carência técnica, seja por não termos perfil ainda de técnicos em quantidade suficiente para poder melhor estudar e entender uma legislação complexa que é a legislação ambiental no nosso Estado, mas que aos poucos esses problemas estão sendo encaminhados e estão sendo sanados. Hoje mesmo foi publicada uma Instrução Normativa que foi elaborada no mínimo por 10 (dez) pessoas, portanto, por 20 (vinte) mãos, 10 (dez) cabeças a partir do nosso grupo de trabalho e do Ministério Público Federal, que trabalha a questão desde o problema do TAC da carne, depois no início do Município Verde e agora já um programa maior incorporado pelo Governo Estadual como agenda de governo dos 04 anos, na agenda mínima e em função disso a gente tem um respaldo do Ministério Público e desse grupo para a gente poder avançar em algumas atividades como, por exemplo, a questão da homologação do Cadastro Ambiental Rural pela SEMA como nós não temos tido equipe suficiente para poder homologar esses cadastros no tempo em que deveriam ter sido homologados, nós então, reunimos, nós a SEMA, porque a rigor eu nem estive presente por causa do acidente em meu pé e com isso nós avançamos, mas tem outras discussões normativas que estão sendo propostas pelo setor produtivo, inclusive aqui nós temos representantes que eu vou inclusive pedir para relatar, para que nós possamos então apreciar e deliberar em conjunto. Em síntese, o que é que eu estou solicitando ao Conselho? Que tomando e tendo conhecimento, melhor dizendo, dessas informações, que a gente possa discutir de maneira bem objetiva e usando a competência que temos de natureza normativa e deliberativa, para que possamos então dar respaldo para secretária que preside o Conselho de continuar trabalhando a partir dessas diretrizes ou dessas ações que nós vamos discutir e homologar aqui dentro. Vou dar um exemplo, a questão do cadastro do INCRA, o CCIR, o quê que nós queremos? O

48 nosso setor jurídico, pautado na lei, com muita razão, diz o seguinte: nós temos que
49 ter um atestado, um documento do INCRA que nos diga que aquele título está sendo
50 titularizado ou já garante a sua posse, não estamos falando de nada relacionado ao
51 ITERPA, porque nossa relação com o ITERPA está avançando, quer dizer, quando se
52 tratar da questão fundiária de competência do próprio Estado, nem tampouco
53 daqueles que já têm título definitivo, mas o que a SEMA está propondo? O que a
54 secretária está propondo agora? Que a gente possa dizer o seguinte: Olha, com uma
55 declaração do INCRA ou se o nosso empreendedor apresentar aqui o comprovante de
56 que ele entrou com pedido de titularização, que então a SEMA possa recepcionar, dá
57 um prazo e então possa tocar o projeto se estiver, do ponto de vista ambiental, com
58 todas as condições e condicionantes atendidos. Então este é um exemplo, estas
59 questões que vamos colocar aqui para a nossa apreciação. Mas, antecipando, eu
60 queria ainda na parte relativa à comunicação, eu queria vir e também informar aos
61 senhores que devem ter lido uma matéria que foi divulgada nos dois jornais de maior
62 circulação em nosso Estado, com relação à falta de transparência na aplicação dos
63 Recursos do FEMA, do fundo estadual de meio ambiente, quero crer que essa
64 publicação que foi feita por desinformação de quem passou para a imprensa os
65 números ou dados relativos a isso, por quê? Porque na nossa administração nós não
66 utilizamos nenhum recurso do FEMA compensação e vou dizer por quê. Porque
67 estudando bem a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de conservação),
68 quanto a Lei que criou as nossas unidades de conservação ainda no primeiro governo
69 do Simão Jatene, nós vimos todo o regramento a partir da criação, que passa não só
70 pela elaboração dos planos de manejo ou planos de uso como são chamados, até que
71 se instituem os grupos gestores em cada uma dessas unidades, se faça um plano de
72 aplicação e depois então se possa usar esse recurso, então, eu não utilizei porque
73 estou cobrando da unidade responsável da SEMA e também por quem elabora esses
74 planos que conclua para que a gente possa utilizar esse recurso, mas eu vou pedir e
75 não sei se já está na pasta dos senhores uma cópia dos recursos do FEMA. Já está
76 na pasta a cópia dos recursos do FEMA? Já está? Já foi encaminhado? Não? Então
77 eu tenho aqui esse quadro que eu vou mandar tirar xérox agora para distribuir para
78 todos os senhores, para que possam observar exatamente quanto no FEMA tem a
79 compensação ambiental. Quero também dizer nessa ocasião que logo que assumi a
80 Secretaria de Meio Ambiente o recurso FEMA compensação, na própria Resolução, na
81 própria lei que criou o FEMA, dá a secretaria a responsabilidade de ser a gestora do
82 fundo, em uma conta contábil separada, o quê que eu estou solicitando? Eu estou
83 solicitando que essa conta, na revisão agora da Lei, ela passe para o controle e
84 acompanhamento do secretário do Tesouro, do secretário da fazenda, que é a
85 secretaria que tem a missão institucional de fazer isso, não quero dizer com isso que o
86 recurso entra no caixa único do Estado e que seja utilizado para outros fins, não! O
87 COEMA tomará sempre conhecimento da destinação e discutiremos aqui o uso
88 desses recursos, só ainda não o fiz, que como disse ainda pouco, eu preciso dos
89 planos de uso, porque a Lei do SNUC é clara, os recursos derivados da compensação
90 ambiental, eles são para serem utilizados nas unidades de áreas protegidas, seja de
91 proteção integral, seja de uso sustentável ou nas áreas de amortecimento. Então, nós
92 estamos fechando essas informações para poder usar esses recursos. Eu tenho
93 pressa em correr, Dr. Alex Fiúza? Tenho, porque quando a gente não usa recurso a
94 ineficiência é dobrada, não é isso? A pior coisa é ficar com recurso em caixa
95 precisando utilizar, mas pior do que isso é utilizar sem critério, utilizar de forma

96 irresponsável um recurso que entrando no cofre do Estado ele passa a ser um recurso
97 público, então essa informação eu queria passar para os senhores, assim, bem
98 rapidamente e queria dar mais dois informes para que a gente possa então entrar na
99 área respectiva da Instrução Normativa das Câmaras Técnicas e poder avançar com a
100 possibilidade de inclusão de outros órgãos aqui no nosso Conselho. Com relação à
101 estruturação da SEMA ou reestruturação, quando o governador nos convidou para que
102 ocupássemos a Secretaria, nós tínhamos sérios problemas com relação às gestões
103 anteriores, problemas de natureza ética que os senhores conhecem e não vale a pena
104 aqui repetir, mas que em um breve tempo passado por aqui, eu observei que o
105 problema derivava sim de quem estava sentado na cadeira de secretário e de algumas
106 outras funções, mas também dependia de uma estrutura que impossibilitava o bom
107 gestor a poder encaminhar procedimentos e padronizar fluxos, garantir transparência e
108 descentralizar atribuições, competências. Então, em função disso o governador nos
109 deu carta branca para fazer a modelagem de uma nova estrutura, que é essa estrutura
110 que nós estamos para encaminhar o projeto para a Assembleia, se Deus quiser, ainda
111 no final desta semana, por quê? Porque nessa nova estrutura nós estamos corrigindo
112 o que era necessário em função das falhas, pois quando o IBAMA delegou para nós a
113 competência de fazer a gestão florestal, nós não tivemos a adequação necessária
114 para isso, mesmo assim, como aumentou muito a demanda pelos serviços, pelos
115 processos da SEMA, nós ficamos aqui engessados, nós não temos estrutura para
116 poder fazer um trabalho com melhor eficiência e melhores resultados, então com isso
117 eu quero comunicar aos senhores que eu estou distribuindo também uma planilha que
118 diz respeito a modelagem da nova estrutura e aí vocês vão observar o seguinte, que
119 duas coisas mudam de maneira, vamos dizer assim, fundamental dentro de uma visão
120 estratégica, qual seja, nós estamos fortalecendo as URE'S, as nossas unidades
121 regionais, criando inclusive uma URE Belém, que seria uma URE central, para tirar
122 daqui deste Órgão essa quantidade enorme de pessoas que vêm pela própria
123 dificuldade e inércia do processo que ainda está aqui dentro, deixando aqui só as
124 Secretarias e o pessoal pensante, então com isso com certeza nós vamos melhorar
125 muito e vamos conseguir agilizar a dar qualidade ao nosso trabalho, agora, quando se
126 aprovar a estrutura nós temos que imediatamente abrir um concurso público, por quê?
127 Porque nós temos aqui muitas dificuldades do ponto de vista de quantidade e de perfil
128 para dar celeridade e qualidade no nosso trabalho. Nós, tem dias, que ficamos
129 trabalhando até 12 horas, quer dizer, eu saio daqui 20h, 22h da noite e não dá
130 vencimento do trabalho que temos que fazer. Bom, eu queria passar esses informes
131 para os senhores, pois acho que são muito importantes, porque o Conselho, eu não
132 estou fazendo isso porque quero, eu estou fazendo isso porque devo, se os senhores
133 forem observar, forem ler a criação do COEMA, vocês vão ver todas as competências,
134 então isso que eu estou trazendo aqui, eu como presidente do Conselho, eu devo
135 trazer, é obrigação minha e se no passado não trouxeram, a omissão custou muito
136 caro para os cofres públicos e aos processos que ainda tramitam com problemas aqui
137 dentro da SEMA. Bom, qual é o contraponto para a gente poder minimizar isto? Em
138 minha opinião nós estamos pensando em política ambiental, pensando no Sistema
139 Ambiental como um todo, nós temos que padronizar procedimentos, flexibilizar dentro
140 da lei, tudo aquilo que for possível para o bom empreendedor. Ainda hoje de manhã
141 eu dizia ao governador que a nossa dificuldade, a nossa grande arte, é saber quem
142 planta e o que plantou, porque a SEMA autorizou, porém, hoje a SEMA não pode
143 autorizar a colheita, isso é o que os senhores precisam dividir comigo, o contrassenso,

144 quer dizer, a SEMA veio, autorizou o plantio por uma Instrução Normativa há 5 anos
145 atrás, há 6 anos atrás, agora está lá, precisa colher e eu não tenho respaldo legal para
146 autorizar a colheita. Então, se o indivíduo plantou, logo o mínimo que a gente tem que
147 encontrar é uma solução jurídica para dizer sobre determinadas condições, para que
148 seja feita essa colheita. Também fiz referência ao governador sobre a diferença entre
149 mata nativa e mata plantada, que tipo de procedimentos nós devemos ter, tipo assim,
150 eu disse, *Governador nós estamos em um período de transição*, é como eu considero
151 a SEMA hoje e quero dizer que nesse período de transição, a parcela ajuda do setor
152 produtivo tem sido fundamental e eu quero aqui, Dr. Xavier, na sua pessoa, agradecer
153 porque nós temos tido uma série de reuniões sempre no sentido de tentar avançar, sei
154 que ainda têm críticas, teremos muito mais, agora, com certeza, a SEMA não está
155 trabalhando com rigorismo, nós estamos trabalhando dentro da lei e do bom senso, se
156 a lei precisa ser revista, vamos agora dizer o seguinte, nós no Estado do Pará, temos
157 possibilidade de regulamentar muita coisa a exemplo do que acontece nos outros
158 Estados brasileiros, enquanto nós não estivermos essa regulamentação no Estado, a
159 gente fica engessado pela legislação federal e hoje na área ambiental quem tem
160 avançado são os Estados, não tem sido a União, a União ainda tem patinado nesse
161 sentido, então nós temos que construir uma legislação que ao mesmo tempo que
162 favoreça o desenvolvimento sustentável, tenha sim, a responsabilidade de não permitir
163 que o desmatamento avance, e quero registrar aqui também, nós que estamos com
164 nosso diretor responsável pelo acompanhamento do desmatamento aqui na SEMA,
165 que nós reduzimos, diferente dos outros Estados brasileiros, o desmatamento em
166 40%. Aí vocês vão dizer para mim o seguinte; também, não foi liberado o processo.
167 Não é isso! Nós não liberamos cortes para aqueles que estão ilegais ainda, os demais
168 estão sendo liberados. Então, tem que ser uma política definida, deliberada, pensada
169 neste Conselho. O Conselho não é contemplativo e nesse sentido eu acho até que já
170 falei demais, eu queria abrir a palavra aos Conselheiros, mas queria também, depois,
171 ao final, na ordem do dia, voltar para a questão da distribuição dos processos, a gente
172 tem aqui uma quantidade significativa de processos que precisam ir para a Câmara
173 Jurídica, inclusive para dar andamento e ainda a questão de poder tratar o que vai ser
174 colocado aqui com certeza por alguns dos senhores, no contexto de uma das
175 diretrizes da nossa administração, que é uma diretriz de governo, que é a
176 descentralização da gestão ambiental, não vamos nos iludir, ou a gente descentraliza
177 ou nós perdemos o controle que a gente precisa ter quanto Estado. Tudo que for de
178 impacto local a legislação já diz, é competência do município, o que acontece hoje? O
179 município, não vou falar na generalidade, pois nós temos municípios ainda muito
180 pobres, com muitas carências, mas também temos municípios de médio e grande
181 porte que não querem ter problema ambiental batendo em sua porta e fica
182 acumulando aqui processos de impacto local que com certeza com a ajuda do
183 município já poderiam estar resolvidos, então, nessa nova estrutura nos vamos
184 avançar no processo e quero informar ainda mais, que conversei também com o
185 governador hoje de manhã e me referi ao programa municípios verdes, inclusive com
186 relação a possibilidade de flexibilizar a guia florestal que eu queria discutir aqui,
187 porque a guia florestal para nós é importante como é a GTA eletrônica e como é o
188 DAE para a Secretaria de Fazenda, agora acho que essa guia pode ter uma
189 responsabilidade compartilhada, nós podemos fazer controle via sistema aqui da
190 SEMA e discutir uma alternativa de desburocratizar com responsabilidade o processo,
191 esse é o nosso desafio e é nesse caminho que nós estamos trabalhando. Muito

192 obrigada. Em seguida tomou a palavra **Lúcia Porpino**, diretora de licenciamento de
193 atividades poluidoras, que disse: Bom dia a todos, nós demos início a 44ª Reunião
194 Extraordinária do COEMA, de acordo com a pauta, com os itens da parte de
195 comunicações, inclusive a secretária deu várias informações aqui e eu gostaria de
196 saber se neste item alguém tem mais alguma comunicação que se manifeste.
197 Manifestou-se então o **Dr. Xavier**, convidado e representante da FIEPA: A senhora
198 secretária não falou da formação das Câmaras Técnicas, nós poderíamos então
199 discutir dentro das proposições. **Lúcia Porpino**, manifesta-se: Seria o primeiro item,
200 não é? **Dr. Xavier**, convidado e representante da FIEPA: Não, é porque eu estava
201 vendo na pauta de comunicações e nós poderíamos passar, logicamente, no final das
202 deliberações que têm de ser submetida a todos nós com as indicações dos nomes
203 para a formação das Câmaras Técnicas. Toma a palavra **Lúcia Porpino**: É porque as
204 Câmaras Técnicas já estão estabelecidas por órgãos. Hoje o conselho é formado pela
205 presidente, a Dra. Teresa Cativo, o secretário executivo que é o Dr. Rubens que é o
206 Secretário Adjunto. Isso se dá pela própria legislação do COEMA, como
207 representantes da SAGRI temos como titular o Dr. Hildegardo, como suplente a Dra.
208 Eliana Zacca... Manifestou-se então o **Dr. Xavier**, convidado e representante da
209 FIEPA: Por questão de ordem e a composição das câmaras técnicas? **Deputado**
210 **Fernando Coimbra**, representante da Assembleia Legislativa, manifesta-se: A
211 representação dentro da câmara técnica, quem determina? Toma a palavra a
212 presidente do COEMA, **Dra. Teresa Cativo**: Bom, nós mandamos para todos os
213 órgãos que fizessem as ações respectivas, por exemplo, a câmara de assuntos
214 jurídicos tem representantes da FETAGRI, do Ministério Público, da OAB/PA e ONG
215 IDA. **Deputado Fernando Coimbra**, representante da Assembleia Legislativa,
216 manifesta-se: Não, a composição, por exemplo, o IDA, como ele fica dentro da câmara
217 técnica de assuntos jurídicos? **Milton Maués**, secretaria executiva do COEMA: É uma
218 resolução que trata da composição, a Resolução número 5. **Lúcia Porpino**, manifesta-
219 se: Sim, ela que trata. Já vem estabelecido pela resolução nº 05 a composição de
220 cada câmara técnica, que é um número máximo de 04 representantes. A composição
221 de cada uma dessas câmaras já está estabelecida pela resolução do COEMA, só
222 outra resolução para alterar. **Deputado Fernando Coimbra**, toma a palavra: No nosso
223 entendimento seria discutida uma nova formação para originar uma nova resolução.
224 **Lúcia Porpino**, manifesta-se: Isso seria uma alteração da legislação e teria que
225 levantar uma proposta, os próprios conselheiros. **Dr. Xavier**: É isso que nós vamos
226 fazer. Toma a palavra a presidente do COEMA, **Dra. Teresa Cativo**: Bom, se a
227 maioria dos conselheiros acharem conveniente que se faça isso, imediatamente as
228 indicações podem ser feitas e aí a gente faz as anotações e passam as câmaras
229 técnicas a terem a composição que a agente aprovar aqui em maioria. **Dr. Alex Fiúza**,
230 representante da SECTI, manifesta-se: Senhora Secretária, eu proponho que nós
231 incluamos em uma próxima pauta isso, uma discussão de uma nova resolução e
232 distribuição aos órgãos que farão parte das Câmaras e eu lembro aqui que está sendo
233 criada a SEICON, é importante, por que há temas aqui, como a Secretaria de Ciência
234 e Tecnologia que antigamente incluía a SEICON, a indústria e comércio, agora há uma
235 distinção, é importante também colocar no horizonte da secretaria e para futura
236 composição das Câmaras Técnicas a futura SEICON que na prática já está
237 funcionando. **Dra. Teresa Cativo**: É, deixa eu dizer para você Alex, tem uma câmara
238 Técnica que é de projetos industriais e infraestrutura, o que nós falamos que não tem
239 nas câmaras e nenhuma

240 e diante das pe q Nós estamos iniciando a nossa 44ª reunião extraordinária do
241 COEMA, eu queria dar as boas vindas, me apresentar como a Secretária de Meio
242 Ambiente que assumiu a partir de 01 de janeiro deste ano e perguntar se todos
243 receberam o material? E pedir então, já considerada, feita a minha apresentação
244 pessoal, eu queria então apresentar o Secretário Executivo, que é o Secretário
245 Adjunto, Rubens Sampaio, e a nossa secretaria executiva que é o Dr. Milton Maués
246 com a sua equipe. Eu queria que fosse feita a apresentação. *Apresentaram-se*
247 *Andressa Andrade e Cicléia Vilhena, que faz parte da logística da secretaria executiva.*
248 Dada a palavra novamente à secretária a mesma relata: então são os três que aqui
249 nos assessoram e que passam a estar, então, disponíveis para assessoramento de
250 todo o nosso conselho. A Lúcia que está aqui comigo já é conhecida dos senhores e
251 está aqui hoje na condição de representante dos servidores da SEMA. Na próxima
252 reunião que será a reunião ordinária, onde nós já vamos ter os novos membros
253 indicados, nós vamos então fazer uma propositura de que o Sindicato da casa possa
254 indicar o servidor que vai ser o representante da SEMA no nosso colegiado. Então
255 feita essas considerações iniciais, eu gostaria que fosse feita a apresentação dos
256 novos conselheiros e que à medida que a apresentação fosse feita, já fosse também,
257 para efeito de registro de gravação em ata, considerado o ato de posse. *Neste*
258 *momento passaram a ser apresentar e simultaneamente tomaram posse pela*
259 **secretária os conselheiros presentes: Hidelgado Nunes**, representante Titular, da
260 Secretaria Estadual de Agricultura – SAGRI; **José Leal**, representante Suplente, da
261 ONG Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós; **Armando Soares**,
262 representante Titular da Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA;
263 **Armando Zurita Leão**, representante Titular da ONG Instituto de Divulgação da
264 Amazônia – IDA; **Justiniano Queiroz Neto**, representante Suplente da Federação das
265 Indústrias do Estado do Pará - FIEPA; **Amiraldo da Silva Pinheiro**, representante
266 Titular, da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Pará – SESPA, em
267 seguida, *a secretária declarou-os todos empossados.* Após, solicitou aos **convidados**
268 que se apresentassem formalmente aos demais presentes, o que se seguiu na ordem:
269 **Carlos Xavier**, presidente da FAEPA; **Promotor Nilton Gurjão** do Ministério Público
270 do Estado do Pará que explica que já a dois (2) mandatos foi conselheiro suplente do
271 COEMA e que agora com a escolha do Promotor Wilson Benedito para substituí-lo,
272 estava, naquele momento, passando da condição de Conselheiro para convidado;
273 **Thales Melo**, Advogado da consultoria Jurídica – CONJUR, da SEMA; **Castriciano**
274 **Sampaio**, Advogado da consultoria Jurídica – CONJUR, da SEMA; **André Reis**,
275 representante do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM e também do Sindicato
276 das Indústrias Minerárias do Pará; **Márcia Souza**, representando, como convidada, a
277 Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – SEDECT, sendo que
278 a Secretária, com a presença desta última, *considerou empossado o membro da*
279 *SEDECT*, após as apresentações, passou-se à seguir a pauta: **II- Comunicações:** A
280 Secretária comunica a todos os presentes sobre a devolução do Processo nº
281 549918/2009 à SEMA, cujo o interessado é a Mineração Caraíba, onde verificou-se,
282 após análise, a falta de alguns documentos e por este motivo o processo em questão
283 não havia sido levado e apresentado ao Conselho, visto que, inclusive, aquele
284 processo já havia sido submetido e aprovado pelo COEMA, *em seguida* a Secretária
285 decidiu por discorrer os assuntos da pauta e depois ouvir as manifestações dos
286 interessados, assim, seguiu para o segundo item das comunicações que foi a escolha,
287 na próxima reunião ordinária, da escolha dos presidentes das Câmaras Técnicas que

288 serão indicados pelas na Reunião. Iniciou-se em seguida a proposta de calendário
289 anual das reuniões ordinárias, onde foram, *a priori*, aprovadas as seguintes datas:
290 **05/07/2011, 13/09/2011, 22/11/2011**, porém, as datas sugeridas e aprovadas só para
291 efeito de organização, caso ocorresse algum problema maior, poderiam ser retificadas
292 posteriormente, o que foi aceito pelos conselheiros. Dando continuidade, a Presidente
293 do Conselho comunicou aos presentes sobre a proposta de um Projeto de Lei que foi
294 encaminhada por propositura do Deputado Gabriel Guerreiro, veiculado nos jornais,
295 que tratava da questão do avanço do processo de municipalização das licenças
296 ambientais para projetos de assentamentos e também manejo ambiental de até 100
297 ha, pelos municípios paraenses através das suas prefeituras e secretarias municipais
298 de meio ambiente que fossem estruturadas para tal finalidade, pois os que não
299 tivessem essa estrutura para análise, a função continuaria a cargo da SEMA, ademais
300 a Secretária continuou, dizendo que na realidade, pegando o histórico deste Projeto de
301 Lei, verifica-se que o mesmo já tinha sido encaminhado anteriormente na gestão da
302 então Governadora Ana Júlia e foi objeto de veto pela mesma. Como novamente esse
303 Projeto de Lei foi encaminhado à aprovação pelo Governador, a SEMA foi ouvida e
304 manifestou-se pela permanência do veto. Por quê? Explicou a Secretária: Se já
305 estamos encaminhando e já estamos avançando no processo de descentralização, de
306 desconcentração, já estamos, inclusive, firmando compromisso em um projeto maior
307 de municípios verdes e por que o próprio texto do projeto tem problemas quando ele
308 fala aqui em projetos **de** assentamento, quando na realidade deveria ser projetos **em**
309 assentamento, por que a competência, inclusive, não é do próprio Estado, então em
310 função desta e de outras variáveis que nós tínhamos aqui para exame técnico da
311 SEMA, estamos trazendo para o Conselho no item comunicações por que não sei se
312 já era do conhecimento de todos os senhores conselheiros. Continuou a secretária,
313 dizendo: antes de passar a palavra aos senhores em relação se tiverem algum item
314 para exporem no neste item das comunicações, eu gostaria de informar, o que para
315 nós da Secretaria é bastante satisfatório do ponto de vista da produtividade da área
316 jurídica que nós efetuamos diligências nos processos de infração administrativa que se
317 encontravam paralisados por falta de andamento há mais de dois (2), três (3) anos
318 dentro da Secretaria, descrevendo os resultados a seguir: Processos enviados ao
319 COEMA para serem julgados no total de 172; Processos com decisão administrativa
320 no D.O.E e enviados ao arquivo diante de sua finalização no total de 72; Valores de
321 multas recebidas de Janeiro a Abril de 2011 no total de 88.255,84; Processo enviados
322 a SEFA para inscrição na Dívida Ativa no total de 250; Processo que estavam
323 paralisados na Consultoria Jurídica por falta de Aviso de Recebimento dos correios
324 (AR) referente as notificações enviadas no total de 716, em seguida a Secretária
325 explicou qual foi a orientação e qual vem sendo a orientação que está sendo imprimida
326 na SEMA com relação a estes processo que tiverem pendentes em função de
327 qualquer informação que não seja oriunda da própria SEMA e que estiverem sem
328 movimentação nessas secretarias há mais de um (1) ano, deverão, após nova análise,
329 passar para uma condição de *indeferidos*, não podendo ser simplesmente
330 descartados, pois seus autores pagaram a taxa inicial e em função disso terão direito
331 de recorrência que já se estabelece no próprio comunicado que terão 30 dias para
332 recorrer. Com o problema dos Avisos de Recebimento- AR's, contabilizou-se um
333 número de 716 processos de múltiplas atividades paralisados e por esse motivo foi
334 solicitado junto ao setor jurídico da SEMA essa análise apurada e apresentada aos
335 presentes como o resultado de trabalho da secretaria nesses quatro primeiros meses

336 de administração e pediu aos conselheiros para que a Ata da 42ª reunião
337 extraordinária do COEMA fosse enviada por e-mail a eles e que na próxima reunião
338 ordinária eles a aprovassem. Após a Presidente do COEMA fazer as comunicações
339 que são de interesse do próprio Órgão, abriu a oportunidade aos presentes para
340 qualquer comunicação que julgassem pertinentes. Em seguida o **Dr. Carlos Xavier**,
341 presidente da FAEPA, pediu a palavra e disse que o Estado do Pará está vivendo um
342 momento extraordinário de grandes projetos e que o Estado precisa preparar a
343 sociedade para recepcionar esses projetos explicando que isso que está acontecendo
344 em Belo Monte já aconteceu há mais de duas décadas em Tucuruí, ou seja, que vêm
345 pessoas de fora para o Estado quando o projeto inicia-se, ficamos com um passivo
346 imenso e aquelas que já estão aqui ficam numa situação fragilizada socialmente, em
347 seguida o convidado disse que estava lá para deixar seu apoio, suas propostas junto
348 ao Conselho, depois citou vários projetos começando pelo *Projeto preservar* de autoria
349 do Estado, juntamente, com a Sociedade Civil Organizada, profissionais liberais, que
350 foi lançado há 3 anos, onde mostra, diferentemente do que é passado ao Brasil e ao
351 mundo, que o Pará é um Estado destruidor, mostrando que apenas 24% do território
352 está antropizado e que mesmo assim essa antropização é em função de políticas
353 públicas federais, citando que o INCRA, um órgão federal, só fazia a regularização
354 fundiária se a metade da área tivesse desmatada. Outro item que foi abordado foi o de
355 dar apoio ao conselho quanto o Projeto de Lei que trata da política estadual de
356 mudanças climáticas, visto que há 94 milhões e 800 mil há de florestas para o mundo
357 ver e com isso existe o interesse do Estado em receber o crédito do Carbono sobre
358 essas florestas e este projeto vem a regularizar essa situação, falou também do
359 Projeto dos municípios verdes, onde disse ser importante definir algumas vantagens
360 econômicas desse projeto e que o conselho poderia dar uma contribuição. Continuou,
361 a seguir, definindo outros itens que julgava importantes para serem discutidos pelo
362 COEMA, tais como: Existem projetos no Estado para tratar das florestas nativas,
363 incluindo-se aqui o cacau e a seringa, e dá a opinião de que se poderiam utilizar essas
364 florestas nativas na composição de Reserva Legal das ATPS; Relata ter 1031 projetos
365 de assentamento só pela área federal e que nenhum desses 1.031 têm licenciamento;
366 Discutir sobre a retroação de seringais nativos no Marajó, cujo os municípios tem o
367 menor IDH do Estado, sobre tudo em anajás e na divisa da parte final de Muaná que
368 faz divisa com Anajás; Tratar também do Zoneamento dentro do Marajó que ficou fora
369 e esse é um assunto que preocupa, uma vez que, o Marajó é uma APA e está
370 recepcionado pela Constituição Estadual; Analisar também o Termo de Compromisso
371 assinado com o Procurador da República e o Governo, para adequar prazos dentro do
372 artigo que trata do Grupo de Trabalho; Analisar a questão de que o Governo do
373 Estado, na época do Dr. Almir ou do Dr. Jatene, contratou a ESALQ(Escola Superior
374 de Agronomia Luiz de Queiroz) para fazer um estudo sobre a cana-de-açúcar e
375 zoneou no Pará 9 milhões de hectares da melhor qualidade só em área antropizada,
376 para se ter idéia, hoje no Brasil não chega a 7 milhões de hectares de introdução e
377 depois de todo esse estudo, zoneamento o Governo Federal cria um Decreto que
378 proíbe que se faça a cana-de-açúcar aqui no Estado; Citou também a questão da
379 autonomia estadual para os assuntos de meio ambiente, defendendo que acha ser
380 ruim ficar tudo sob a decisão de Brasília e Brasília achar que o Pará é igual a Santa
381 Catarina, e tomar como exemplo o que Minas Gerais e Santa Catarina estão fazendo
382 que é criar a própria legislação ambiental estadual deles; Criar condições da
383 compensação ambiental florestal dentro daquelas propriedades que esteja com suas

384 reservas legais fora dos limites e diz que já foi criada a Lei 6745/05 que cria 16
385 milhões de hectares de florestas de proteção integral e que tem outras florestas
386 criadas para poder dar o uso sustentável para os projetos de manejo e que o objetivo
387 é retirar todo e qualquer passivo ambiental existente nessas propriedades e nos 24%
388 antropizados, inclusive esses 1.031 projetos de assentamento que não tem
389 licenciamento; Que estão trabalhando na emenda 6462 que trata da lei de florestas e
390 que regulamenta cotas e que também, no mesmo ano, foi criado o IDEFLOR para
391 administrar as florestas; Falou também da possibilidade de criar incentivos ao
392 reflorestamento e todo outro procedimento que trata de ganho ambiental; A seguir deu
393 a idéia, para ser também discutida como as demais, na pauta do COEMA, de
394 dispensar o licenciamento para toda e qualquer ação ou plantio que venha a ajudar,
395 apoiar o meio ambiente; Passa a questionar a aprovação do Código Florestal, que na
396 sua opinião, não tem nada a ver com a Amazônia, que está aí para poder resolver a
397 situação dos Estados do RS, SC, PR, SP, RJ, MG e ES que têm todas as suas
398 produções em cima de morros de APP, além do que também deve ser discutida a
399 questão de delegação de competências por Estado que não ficou muito bem clara pelo
400 jeito que eles alteraram e fala também sobre o direito adquirido, por exemplo, no
401 Estado do Pará há três regiões que devem ser abordadas sobre esse assunto, a
402 região bragantina que foi antropizada há mais de 150/200 anos e questiona-se: quem
403 está nessa área é obrigado a cumprir essa legislação? E o direito adquirido fica onde?
404 Falou também de outras duas regiões, a do Marajó e a das margens dos rios que
405 foram também antropizadas e que acha que há o direito adquirido sobre elas em
406 seguida finaliza sua participação dizendo que tem um compromisso consigo de levar a
407 questão ambiental do Pará para onde for e ressalta a força, as potencialidades que
408 esse Estado tem e que precisa urgentemente discutir um plano de negócios, dando
409 exemplo, de quando foi a Tucuruí, saiu assustado, pois, a cidade está em baixo da
410 maior usina hidrelétrica do país, já que a outra é bi-nacional, e as Ilhas que estão em
411 seu entorno não têm energia elétrica, logo, há pessoas vindo para cá, utilizam os
412 recursos do Estado e não existe um compromisso com a população local de Tucuruí,
413 já em Belo Monte conseguiram que 10% da energia gerada no Estado ficassem aqui,
414 despede-se e agradece a todos e **volta à palavra a Secretária** que disse: Obrigada
415 também, eu gostaria que o senhor pudesse encaminhar para nós essas proposituras.
416 E nós ficamos então com o compromisso de socializá-la e acho que elas são de
417 extrema importância não só pelo assunto, mas pelo momento em que a gente passa
418 hoje no nosso Estado. Não dá mais para ficar calado diante de todo esse processo de
419 mudança que está acontecendo, e o que é mais importante, se nós não estivermos
420 estatura, preparo, as coisas acontecerão a reboque no Estado. Então eu ia agradecer
421 e dizer que eu já me coloco como parceira mais uma vez e também dizer ao senhor,
422 pelo que me foi colocado aqui, que nós que nós estamos com uma consultoria externa
423 já para poder fazer uma legislação atualizada do nosso Estado a respeito do que nós
424 pudermos requerer ao Governo Federal que seja repassado para o Estado. Com
425 relação ao Marajó nós estamos também já mudando uma estrutura de funcionamento
426 e de gestão dentro da secretaria de meio ambiente para ter esse olhar diferenciado em
427 relação ao Marajó. Estamos discutindo alternativas de fornecimento de madeira, por
428 exemplo, da Prefeitura de Afuá, onde a maioria das escolas está necessitada de
429 reparo e não tem como fazê-lo, mas já dissemos ao prefeito que ele vai ter que pedir
430 uma exceção e que essa exceção a gente vai ter que fazer por um período curto,
431 identificando a origem de onde ele vai adquirir na cadeia produtiva o produto para

432 trazer aqui e a gente poder referendar essa utilização e por último eu gostaria de dizer
433 que realmente a gente precisa fazer uma semana de meio ambiente com maior
434 estatura, os senhores serão todos convidados, o convite vai ser por meio virtual, mas
435 nós vamos a partir do dia 05, mas principalmente as programações dos dias 06 e 07.
436 No dia 06 nós teremos mesa redonda e no dia 07 nós teremos um dia só para que os
437 prefeitos e interessados tomem conhecimento do programa Municípios Verdes e
438 colocamos, por tudo o que o senhor tinha oferecido a nós, um *stand* à disposição da
439 FAEPA para poder não só expor os seus produtos, mas também divulgar aquilo que
440 for de interesse da Federação e também a possibilidade de estarmos todos lá reunidos
441 para prestar informações, esclarecimentos, já que é um evento público, de entrada
442 franqueada e que a gente tem que otimizar ao máximo essa programação. Nesse
443 momento **se manifesta o conselheiro Hidelgado Nunes** dizendo: Eu queria só
444 manifestar nossa posição quanto à relevância dos temas, como o presidente da
445 FAEPA propôs, acho que são temas pertinentes para que a gente possa debatê-los ao
446 longo da nossa programação e desejar aí a nossa Presidente uma gestão com muito
447 êxito a frente do conselho e dizer que da parte da Secretaria de Agricultura nós
448 estaremos sempre presentes aqui no nosso calendário de reuniões para expressar um
449 pouco, um pensamento da política agrícola do Estado, como é que isso se faz em
450 base sustentável, pela própria orientação do governador Jatene e também comunico a
451 vocês que eu estou com um voo agora para Brasília e eu pediria licença para me
452 retirar, estava aguardando só o final da sua manifestação, para poder pedir licença e
453 pedir desculpas aos conselheiros pela minha saída antecipada e reafirmar o meu
454 compromisso de trazer a nossa contribuição da Secretaria a esse conselho.
455 **Manifesta-se a Secretária:** Obrigado conselheiro e boa viagem. Em seguida
456 manifesta-se o conselheiro titular, **representante da FAEPA, Armando Teixeira**
457 **Soares**, dizendo: Secretária, eu gostaria de oferecer uma contribuição para fazer uma
458 exposição da importância sócio-econômica ambiental da borracha nesse contexto.
459 Nós temos uma proposta já encaminhada ao Ministério da Agricultura e que foi muito
460 bem recebida, trata-se da proposta de um programa de reativação dos seringais
461 nativos e também para plantio de seringueiras e utilização da seringueira como agente
462 econômico de desenvolvimento já está mais do que provada, não é? Aí estão as
463 Malásias da vida para provar a importância sócio-econômica da borracha, já que
464 infelizmente estamos de costas para esse agente de alto poder de desenvolvimento
465 econômico-social. Então, nós temos isso preparado e gostaríamos, por isso ser um
466 assunto, vamos dizer, que poucos têm domínio, e nós temos isso preparado na
467 Federação, colocar à disposição da Secretaria para fazer uma exposição *Power Point*
468 para saber de que maneira a SEMA poderá utilizar esse agente econômico em favor
469 do Estado. **Retorna a palavra a Sra. Secretária** que diz: Bom, eu queria agradecer
470 também e aproveitar a oportunidade para dizer que nós estamos idealizando aqui na
471 SEMA mensalmente uma exposição sempre de um projeto que seja de interesse do
472 Estado, de algum grande projeto que esteja aqui, na própria SEMA sendo analisado,
473 com o objetivo de levar informação para os nossos técnicos, nossos servidores, então,
474 mensalmente nós temos esse evento e nós já poderíamos acertar com o senhor e lhe
475 mandaríamos uma correspondência para que a gente possa incluir em nosso
476 calendário e faríamos o encontro aqui em nosso auditório para poder socializar essas
477 informações tão necessárias para nosso conhecimento e até para políticas que a
478 gente venha implementar a partir do nosso órgão. Muito obrigada. Utiliza-se da palavra
479 o **conselheiro suplente da FIEPA, Dr. Justiniano**, que cumprimentou a Secretária,

480 os conselheiros e os demais presentes e continuou com a palavra: Seguindo a ordem
481 aqui que nos foi proposta de trabalho hoje, em relação às comunicações, eu queria
482 informar aos conselheiros, que no próximo final de semana, agora, nos dias 04 e 05,
483 sábado e domingo, nós vamos ter um evento bastante importante e interessante sobre
484 a questão ambiental em Paragominas no Pará. Trata-se do encontro nacional das
485 comissões de direito ambiental da OAB, onde cada seccional da OAB possui uma
486 comissão de direito ambiental, comissão de meio ambiente, do qual eu sou membro
487 aqui do Estado do Pará, juntamente com cerca de 30 colegas Advogados e em cada
488 Estado existem essas comissões e anualmente elas fazem um encontro para poder
489 debater os temas mais importantes da seara ambiental e esse ano o encontro nacional
490 vai ser em Paragominas, que foi escolhida justamente por conta do projeto *município*
491 *verde*, que inspirou até o governo do Estado a lançar esse programa dos municípios
492 verdes, o qual se referiu já a nossa Secretária e o nosso amigo Carlos Xavier, então a
493 programação é bastante interessante, nós vamos ter palestrantes do naipe de Celso
494 Antônio Pacheco Fiorino que é um grande *jus ambientalista*, vamos ter o Fábio
495 Feudman, que é Deputado Federal, hoje do PV, já foi do PSDB, bastante conhecido
496 pela militância na área ambiental, além de outras várias outras sumidades na área do
497 direito, na área ambiental, que vão palestrar e esse humilde conselheiro vai participar
498 de um dos painéis lá, de gestão ambiental, os desafios da gestão ambiental e está
499 bem interessante, então queria comunicar aos conselheiros e convidá-los, como eu
500 sou lá de Paragominas também, para que façam uma visita em nossa cidade, vai ter
501 corrida do Advogado e o lançamento de vários outros eventos de projetos importantes.
502 Bem, na comunicação é isso, na ordem do dia, eu queria sugerir, eu concordo como
503 encaminhamento da Secretária de que a gente possa revisar e fazer essa leitura com
504 mais calma e eu queria sugerir que nos fosse encaminhado por e-mail o arquivo
505 eletrônico da Ata, por que daí a gente coloca naquele modo “controlar alterações” e
506 fica fácil de identificar. Bem, no que ocorrer eu gostaria de manifestar nosso irrestrito
507 apoio à pauta proposta aqui, pelo nosso colega, presidente e irmão Carlos Xavier, da
508 nossa entidade irmã, que é a FAEPA, então a FIEPA apóia essa pauta, o presidente
509 teve a gentileza, hoje de manhã de nos ligar para a gente trocar algumas idéias sobre
510 os principais itens da pauta, então a FIEPA se sente contemplada nos assuntos e por
511 tantos que estão sendo demandado nesse COEMA, em segundo lugar, eu queria
512 elogiar e manifestar a nossa alegria de ver esse COEMA sendo novamente
513 organizado, pois, no passado, eu até comentava com a nossa colega e grande
514 conselheira, Lúcia Porpino, que dava uma tristeza de ver o COEMA sem secretaria,
515 sem estrutura realmente para bem fazer o trabalho, não foram poucas às vezes em
516 que nós aqui tivemos que fazer a Ata, encadernar, abrir processo, por que
517 simplesmente não tinha o apoio nem físico, nem institucional para funcionar o
518 conselho, então parabéns à secretária e a nova equipe, que compreendendo a
519 importância do conselho já designou três pessoas para fazerem a assessoria
520 administrativa e técnica desse conselho. Acho que o COEMA tem muito a oferecer em
521 termos de gestão Ambiental, nos últimos anos nós nos limitamos a nos reunirmos para
522 aprovar grandes projetos que são importantes, mas o papel do COEMA transcende a
523 isso, nós temos um papel de protagonismo na questão ambiental, em questões
524 normativas, em discussões, em debates e certamente isso irá ajudar a gestão da
525 SEMA, pois estará ajudando a legitimar as decisões da Secretária, ajudando a
526 melhorar as normas que eventualmente a Secretaria deseje baixar, porque esse
527 conselho é altamente qualificado, hoje não estão todos os conselheiros, mas pelo os

528 que estão presentes aqui, como o Dr. Armando Soares, Dr. Nilton, Dr. Leal, Dr.
529 Amiraldo, Dr. Zurita que é uma sumidade no direito tributário, sem falar da prata da
530 casa, a Lúcia, mas realmente o Conselho tem uma capacidade, agora é preciso saber
531 absorver, usufruir dessas competências que o conselho tem. Queria também registrar
532 aqui, dentro da fala da secretária, nossa satisfação também em ver que a mesma e a
533 sua equipe estão aplicando como se fosse um “5S” aqui na Casa ta organizando, ta
534 limpando, ta tirando aquele entulho de processos, entulho legislativo, que são um dos
535 primeiros passos do “5S”, a gente tem que primeiro dar uma organizada, para daí
536 começar a fluir melhor o nosso trabalho e a gente vê que isso tem acontecido, nós
537 vimos no *site* da SEMA aquele comunicado dos vários processos que vão ser
538 indeferidos por falta de interesse do empreendedor, fizemos as circulares
539 comunicando para todo o setor empresarial, em especial com o florestal que tem mais
540 o meu trabalho ligado, temos acompanhado também a notificação dos processos pelo
541 Diário Oficial, aqueles quando os Avisos de Recebimento-AR, não são encontrados e
542 volta o AR com o endereço errado ou não respondido, vale lembrar quanto esse
543 assunto que a nossa Lei Ambiental do Estado é de 1995 e prevê que se faça o
544 comunicado pelo Diário Oficial, o prazo passa a ser o dobro e inclusive aconteceu com
545 um dos nossos associados e cliente lá, onde vimos um problema lá com o endereço,
546 então a gente está vendo que a Casa está passando por essa faxina e isso é muito
547 bom, apesar disso nós sabemos que os desafios são enormes, há uma demanda
548 muito grande por licenciamento ambiental, as leis que não podem ser mudadas de
549 maneira fácil, tem de ser com muito cuidado, com muita cautela, exigem a presença
550 constante da SEMA e do Licenciamento Ambiental em vários seguimentos industriais,
551 então quer dizer, a demanda continua forte e a SEMA a gente vê que já está se
552 esforçando e vai ter que se esforçar ainda mais para dar conta dessa demanda que é
553 enorme, mas nós acreditamos que os primeiros passos para funcionar já existem, que
554 é a inteligência e a vontade. A inteligência mostra o caminho e a vontade faz a gente
555 caminhar, então, a gente vê que isso temperado com honestidade, seriedade tem tudo
556 para dar certo, logo, queremos hipotecar o nosso apoio em nome da Federação e
557 dizer que essa Secretaria pode contar com a FIEPA, para apontar eventualmente os
558 erros, os gargalos, mas também ajudar na solução, não fazendo, como diz a
559 secretária, co-gestão, mas trabalhando, secretária, em cooperação, como é do perfil
560 da FIEPA, do perfil da FAEPA, das entidades do setor produtivo. Eu creio que no
561 correr dos próximos anos de gestão a secretária vai perceber bem isso aí. Na nossa
562 Câmara Técnica, e hoje eu faço parte de duas Câmaras Técnicas, que é Recursos
563 Hídricos e Mineração e os Projetos infraestruturais, então, estamos precisando ainda
564 de um projeto para vim que é a do W Torre, que é um licenciamento em Parauapebas
565 de urbanização, que estava no jurídico, mas a Lúcia me falou que já está pronto, mas
566 nós precisamos o quanto antes da composição do nosso conselho que faz parte a
567 SESPÁ que está aqui com o Amiraldo que tem que ver se vai ser mantido, tem a
568 SEDECT que faz parte e a SEMA que também faz parte e tem que ver se vai ter
569 mudança e assim que estiver pronto nós estamos dispostos a voltar ao nosso trabalho
570 e se Deus quiser na próxima reunião ordinária já ter esse parecer pronto para
571 submeter à plenária, então eram essas as colocações, muito obrigado. Em seguida
572 tomou a palavra o presidente da **ONG IDA, Dr. Armando Zurita Leão**, que se
573 manifestou: Bem, eu gostaria de fazer de minhas palavras as do Justiniano sobre a
574 minha confiança na atual gestão, pelo o que eu pude acompanhar, pelo conhecimento
575 já de décadas que tenho da senhora Secretária e atual presidente, da nossa UFPA e

576 fazer alguns comentários, e começa dizendo: se não fora o Ministério Público Federal
577 e o Juiz Rubens Rolo ter dado aquela liminar contra Belo Monte, aquilo tinha se
578 passado de outra forma, onde não seria possível exigir os 10% e acho até que foi
579 exigido pouco e aí isso nos faz lembrar como é que a elite paraense ficou calada
580 quando fizeram Tucuruí e não garantiram nada, nem uma emenda constitucional que
581 dissesse: “ora, tantos por cento do ICMS coloca na fonte”, o que acontece com o
582 ICMS de todo o tipo de operação de SP, de MG, da FIAT, onde parte da fonte vai ao
583 agregado, não no destino, então, algumas das propostas muito bem colocadas aqui
584 vão passar pela questão tributária, por que também não adianta nada você fazer
585 vários empreendimentos e depois dá isenção para todo mundo, mas é evidente com a
586 organização do COEMA, da forma como nós fomos recebidos aqui, dá para ver que
587 tem uma tentativa de usar melhor a estrutura, como falou o Justiniano, tem
588 inteligência, honestidade, então fica muito difícil para uma ONG representar a
589 sociedade civil no COEMA, por falta de estrutura, não é para agora secretária, mas a
590 SEMA deve pensar no mínimo de estrutura para os outros que vierem participar, por
591 que o COEMA, serve principalmente para legitimar as ações governamentais do
592 Estado do Pará na área ambiental e se ele com a competência que tem da
593 administração de Vossa Excelência, puder ter uma estrutura democrática no seu dia-a-
594 dia, com certeza todos nós teríamos a ganhar e desejo à nova gestão que caminhe
595 para recuperar a reputação que ficou um pouco abalada da instituição e é muito
596 importante ter uma democracia e o COEMA tem esse caráter, muito obrigado. **Em**
597 **seguida manifesta-se a secretária:** Bom, eu penso que em função dessas
598 colocações do Zurita e eu o chamo assim porque fomos professores juntos no mesmo
599 centro da Universidade, eu acho e eu não gostaria de trazer isso ao Conselho, mas
600 todos os senhores sabem da dificuldade em que nós recebemos essa Secretaria,
601 então, se hoje o Neto faz o registro da questão do “5S”, foi muito mais do que um “5S”,
602 você tem acompanhado quando nós chegamos aqui e eu mexo muito com o pessoal
603 da Casa dizendo: gente, não tem super Secretária que dê conta do estacionamento da
604 entrada, de conseguir desconstituir toda uma máfia de porta de Secretaria que não
605 tem gestão até estar na fronteira do conhecimento discutindo seqüestro de carbono,
606 agora esforço e vontade política tem e eu queria expor aqui uma colocação que é de
607 extrema relevância para a gente se sentir absolutamente confortável em poder
608 trabalhar nessa Casa de forma democrática, pois quando eu vim assumir a Secretaria
609 de meio ambiente o governador Jatene me deu todas as condições para gerenciar
610 esta Casa, dizendo, Teresa você faz a equipe, você veja como quer retrabalhar a
611 estrutura, escolha como estabelecer os seus limites e as suas possibilidades, então eu
612 coloco aqui ao Conselho, não como simples informação. Mas como obrigação sim a
613 este Conselho que vai me ajudar a administrar, não é a Secretaria, porque é como eu
614 digo e provoço muito o Neto, não é a questão de co-gestão, mas é uma coisa muito
615 maior, que é a questão da macropolítica ambiental que na verdade a SEMA, pelo o
616 que eu levantei do passado, há muito tempo não tem tido estatura para discutir isso,
617 temos excelentes técnicos na Casa, a Lúcia, eu sempre brinco com ela, eu digo que
618 ela é a síntese, porque tudo que a gente precisa de informação dessa área, sempre a
619 gente recorre e tem a presteza da informação temporal, então, nós estamos
620 caminhando no sentido de garantir a transparência, de garantir a eficiência e de mais
621 do que isso compartilhar com os parceiros as grandes decisões que se pode colocar
622 para o governador no sentido de melhorar a gestão ambiental e isso passa
623 necessariamente por duas coisas, primeiro a visão da descentralização, é no

624 município que as coisas acontecem, enquanto se tiver a pretensão de estar sentado
625 em um gabinete refrigerado nesta Casa não vai se controlar o desmatamento, não vai
626 se fazer política ambiental e segundo, é urgente rever procedimentos, rever o que eu
627 chamo de entulho normativo que prejudica mais do que ajuda no sentido de se falar
628 em eficiência, em celeridade e em mecanismo que venha a garantir sustentabilidade
629 ambiental do nosso Estado, já fiz essas colocações inclusive ontem para a FAEPA, já
630 ouvi do Dr. Xavier a resposta e o compromisso de poder nos ajudar nessa direção e é
631 contando com essas parcerias que a gente tem vencido as dificuldades do dia-a-dia,
632 não é fácil, não é simples, porque a medida que a gente flexibiliza de um lado como
633 estamos fazendo agora com relação ao cadastro ambiental, nós estamos de outro lado
634 provocando o quê? Um encaminhamento muito maior de processos para efeito de
635 licenciamento, mas isso é uma responsabilidade nossa e é esse grande desafio que
636 nós vamos ter que dar conta e a Casa tem que trabalhar com prioridade, ou seja,
637 sabendo aquilo que é estratégico para o Estado, seja no ponto de vista do porte, seja
638 no ponto de vista da inclusão social. E aí vem os problemas sim, Dr. Xavier, vem os
639 problemas com o INCRA, vem os problemas com diversos Ministérios, com a própria
640 FUNAI, que às vezes dá a nós um passivo processual que não nos pertence, mas que
641 nós temos que garantir uma interlocução nesses próprios órgãos, porque
642 simplesmente devolver para o interessado quando esse interessado tem porte para
643 fazer essa interlocução rápida as coisas podem até acontecer, mas quando é com um
644 ribeirinho, um micro que tá lá em um município distante daqui da secretaria ou de
645 Belém, não consegue fazer. Quero também dizer que por conta dessa nossa
646 provocação, já tivemos uma reunião com a Ministra de duas horas e meia onde ela se
647 mostrou bastante sensível com relação as nossas preocupações, nós vamos voltar a
648 Brasília na semana posterior a semana do meio ambiente, a Ministra se comprometeu
649 conosco de chamar em uma única reunião, não só o IBAMA, ICMBio, mas todos os
650 parceiros que possam estar conosco discutindo esse problema e eu me comprometo
651 na condição de Secretária e como Presidente desse Conselho levar esses problemas,
652 mas pedir também o apoio dos senhores conselheiros que são articulados, que têm
653 um poder político também nas mãos, que sem esses poderes a gente dificilmente sai
654 da condição em que os que estão fora da Amazônia nos enxergam de maneira
655 equalizada com os demais. Eu acabei de ouvir e já tinha ouvido antes algumas
656 colocações sobre o Código Florestal que não são feitas só pela FAEPA na pessoa do
657 Dr. Xavier, como vários outros especialistas e a gente discute que as nossas várzeas
658 hoje são Áreas de Proteção Permanente – APP, eram o quê? Eram as nossas
659 estradas, eram as nossas vias, então o que nós temos é nos fazer ouvir nos grandes
660 canais de tomada de decisão e aí nesse sentido só unindo forças e o governador
661 Jatene, através de sua vontade política, do pacto que ele estabeleceu, ele tem dado
662 demonstrações para isso, não só orientando o que devemos fazer, mas incorporando,
663 aí eu volto para a questão dos municípios verdes, incorporando as boas idéias dos
664 grandes projetos, e eu até me preocupo com o que ele colocou como agenda mínima,
665 fazer o programa municípios verdes em 100 municípios dos 143, e eu até falei a ele:
666 “se eu estivesse do seu lado, você não colocaria 100 municípios, porque não sei se
667 nós teríamos condições para tal”, mas o desafio está posto, nós temos por obrigação
668 trazer a esse Conselho não só os assuntos que são da alçada do Conselho, mas
669 principalmente os que são de interesse do Estado, queria agradecer a participação e
670 todos e queria me colocar a disposição, que saibam que esse estrutura que foi criada,
671 não foi criada para a SEMA, é uma estrutura que foi criada para o Conselho, então

672 quero agradecer a presença de todos e já na expectativa de receber essas
673 contribuições e poder ver como a gente encaminha os processos e dá por encerrada a
674 reunião do COEMA.